

O LUGAR DA ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL NA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL PARA A DOCÊNCIA NOS “PRIMEIROS ANOS”

Carlos Pires

Escola Superior de educação de Lisboa / UIDEF, Portugal, cpires@eselx.ipl.pt

Resumo

Com o estudo que agora se apresenta pretende-se realizar o mapeamento da oferta nacional de formação no âmbito da *administração educacional*, nos ciclos de estudo que habilitam profissionalmente para a docência na educação pré-escolar, no 1.º e no 2.º ciclo do ensino básico, procurando definir e categorizar as tendências gerais das abordagens e as conceções de *administração educacional* presentes nas *unidades curriculares*, tendo em conta as orientações epistemológicas que lhes estão subjacentes.

Decorrente do referido estudo, a presente comunicação focaliza-se na reflexão sobre o lugar e a pertinência da formação em Administração Educacional (AE) no âmbito da especificidade dos cursos de mestrado profissionalizantes (em educação pré-escolar e em ensino do 1.º e do 2.º ciclo do ensino básico) ministrados numa escola superior de educação, tendo como referência as lógicas de organização e de desenvolvimento dessa formação e as representações dos estudantes a quem se destina.

Palavras-chave: administração educacional; formação de professores; educação básica

Introdução

Com o regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário (Decreto-Lei n.º 43/2007), aquela habilitação passa a ser exclusivamente profissional e a exigir o grau de mestre. Os ciclos de estudos organizados de acordo com este regime jurídico devem ter em consideração o perfil geral de desempenho profissional do educador de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário aprovado pelo Decreto-Lei n.º 240/2001, de 30 de Agosto. Daqui decorre a assunção de um profissional de educação, que embora imbuído da função específica de ensinar, compreenda a importância da investigação, desenvolva processos de tradução das orientações de política educativa e compreenda a escola, enquanto organização educativa. É de relevar, no âmbito do perfil do docente, a “dimensão de participação na escola e de relação com a comunidade”, que compreende:

o conhecimento das diferentes dimensões da escola; a valorização da participação na construção, desenvolvimento e avaliação do projeto educativo e nas atividades de administração e gestão; a promoção da interação institucional com a comunidade educativa (incluindo as famílias das crianças/alunos).

Assentes nestes pressupostos, os ciclos de estudos organizados de acordo com regime jurídico da habilitação profissional para a docência contemplam, para além de outras, a “componente de formação educacional geral” que deve abranger os “conhecimentos, capacidades, atitudes e competências no domínio da educação relevantes para o desempenho de todos os docentes” (n.º 2 do Art.º 14.º), não só na sala de aula, mas também nas organizações educativas (jardim-de-infância ou escola), “na relação com a comunidade e na análise e participação no desenvolvimento de políticas de educação”.

A organização desta componente de formação em unidades curriculares (UC), plasmada nos planos de estudo dos cursos de formação profissional para a docência, em particular, para os “primeiros anos”, varia de instituição para instituição de ensino superior, condicionada pelo número (mínimo e máximo) de créditos que o diploma em referência lhe atribui, em articulação com as outras componentes de formação.

Apesar dos referenciais uniformizadores vertidos na legislação que enquadra os ciclos de estudos, as diferentes lógicas de construção dos planos de estudo desenvolvidas nas instituições de ensino superior condicionam e ditam a emergência das diversas UC que integram as componentes de formação. É neste âmbito que se problematiza a presença da Administração Educacional (AE), enquanto “disciplina académica”¹ (Silva, 2006, p. 38) sob a forma de UC (que pode adotar diversas nomes), particularmente, na componente de “educação geral” dos ciclos de estudo conducentes à formação profissional de docentes para os “primeiros anos”.

No presente texto procura-se dar conta do resultado de um primeiro escrutínio sobre essa diversidade, apresentando o mapeamento da oferta formativa no domínio da AE, a nível nacional, presente nos planos de estudos dos cursos de mestrado que habilitam profissionalmente para a docência na educação pré-escolar e nos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico acreditados.

¹Apresentada por Silva (2006) como um dos três componentes do conceito de Administração Educacional. Os outros dois são, segundo o autor, a “administração educacional como prática” e a “administração educacional como ciência”.

Complementarmente, e numa perspetiva exploratória, apresenta-se o resultado das perceções dos estudantes que frequentam dois destes cursos, numa instituição de ensino superior sobre a componente de formação no domínio da AE, no âmbito da especificidade dos cursos frequentados e, tendo em conta a experiência formativa decorrente da frequência de uma UC relacionada com aquele domínio.

Contextualização e itinerários do estudo

Tendo em consideração “a evolução da presença da administração educacional ao nível dos modelos de formação inicial de educadores e professores em Portugal” (Silva, 2006, p. 101), verifica-se que os planos de estudo uniformizados a nível nacional contemplam, ao longo dos tempos, disciplinas afins ao domínio da AE. No entanto, a autonomia de que passaram a gozar as instituições de ensino superior de formação de educadores e de professores (incluindo os docentes para os “primeiros anos”), na elaboração dos planos de estudos, levou à existência de diferenças quanto à designação e natureza das disciplinas (hoje, UC) que os compõem².

No âmbito específico dos cursos de mestrado profissionalizantes para os “primeiros anos” importa caracterizar a diversidade de ofertas de formação no âmbito da AE e procurar perceber, por um lado, quais os fatores que justificam essa diversidade e, por outro, quais as vertentes e abordagens dominantes existentes nas ofertas formativas das instituições de ensino superior e como aquelas são percecionadas pelos atores educativos, em particular os docentes e/ou responsáveis pelas UC e os estudantes dos referidos cursos.

Toma-se como referência teórica o enquadramento da AE como “área de estudo multidisciplinar de carácter compósito” ou de “transumância disciplinar” (Barroso, 2002, p. 289), proposto por Barroso (2002; 2005) e as suas repercussões no ensino da disciplina para a compreensão das tendências de filiação epistemológica daquele domínio e da emergência dos objetos de estudo, temas ou problemáticas sobre os quais incide. É tomado, também, como referência teórica o “modelo de formação em administração educacional” proposta por Silva (2006), com especial atenção para os

² São exemplos de análise das reconfigurações da oferta de formação em administração educacional (incluindo as orientações curriculares subjacentes), na formação inicial de educadores e professores nas Universidades de Aveiro e do Minho, os estudos de Costa (2004) e de Silva (2006), respetivamente.

fatores ideológicos e epistemológicos subjacentes às abordagens à administração Educacional³.

Partimos do pressuposto de que a tradição institucional e as lógicas presentes na construção (e nos arranjos ou reajustamentos) dos planos de estudo são dimensões decisivas para a presença, ou ausência, de determinados domínios científicos na formação profissional, apesar das condições impostas pelo quadro legal em matéria de perfil profissional e das finalidades da formação. Também o processo de escolha da designação e dos conteúdos dos programas das UC e a sua orientação epistemológica e metodológica podem ser justificados por uma certa “pessoalização das disciplinas”, por dependerem “da formação específica e dos interesses pessoais dos docentes” (Costa, 2002, p. 145). Ora, estas considerações remetem para a análise das “lógicas de ação” presentes na elaboração dos planos de estudos dos cursos profissionalizantes para a docência, nas instituições de ensino superior, em articulação com a perspectiva interpretativa da “abordagem política das organizações educativas”.

Tendo como intencionalidade investigativa a *definição e categorização das tendências das abordagens e as conceções de administração educacional presentes nos modelos formativos, tendo em conta as orientações epistemológicas e metodológicas que lhes estão subjacentes*, é pressuposta a configuração de um estudo orientado em três vertentes:

- i) O mapeamento da oferta nacional de formação no âmbito da *administração educacional*, nos ciclos de estudo que habilitam profissionalmente para a docência nos “primeiros anos”: recolha dos planos de estudo aprovados e das designações das UC; caracterização dos docentes que lecionam e/ou são responsáveis pela coordenação das UC; análise das “fichas de UC” (FUC).
- ii) A recolha e análise das perceções dos principais atores educativos envolvidos (professores/coordenadores das UC da área da AE (ou afins) e estudantes dos cursos de mestrado profissionalizantes para a docência nos “primeiros anos”), sobre a oferta de uma componente formativa em AE, no âmbito dos ciclos de estudo em referência.

³ O autor identifica três tipos de abordagem: “legal-burocrática”; “empresarialista”; “sociocrítica” (Silva, 2006). Por sua vez, Barroso (2002) identifica duas perspetivas presentes na orientação da formação inicial e contínua no âmbito da AE: uma “formação crítica e interpretativa”, por um lado, e uma “formação instrumental e utilitária”, por outro.

iii) A realização de “estudos de casos” sobre a integração de UC do domínio científico da AE no âmbito dos processos de construção dos planos de estudo e a sua articulação com outros domínios de formação.

Nesta fase inicial em que o estudo se encontra foi realizado o levantamento da oferta formativa a nível nacional através da identificação das instituições de ensino superior com cursos aprovados e das UC relacionadas com a área da AE. Sendo a Escola Superior de Educação de Lisboa uma das instituições em que essa oferta existe, no presente texto, focalizamos a atenção na perceção dos estudantes dos cursos de mestrado em educação pré-escolar e em ensino do 1.º e 2.º ciclo do ensino básico sobre a UC designada por “Administração e Gestão Educacional”, comum aos dois cursos desde a sua existência.

Oferta de formação em Administração Educacional

De acordo com a informação disponibilizada pela Direção Geral do Ensino Superior (DGES), são 33 as instituições de ensino superior (20 públicas e 13 privadas) que possuem cursos de mestrado acreditados para profissionalização de docentes para a educação pré-escolar e para o 1.º e 2.º ciclo do ensino básico. Embora, alguns destes cursos, possam não estar a funcionar no ano letivo 2013/14, são apresentados na sua totalidade, de acordo com a distribuição presente no gráfico da Figura 1.

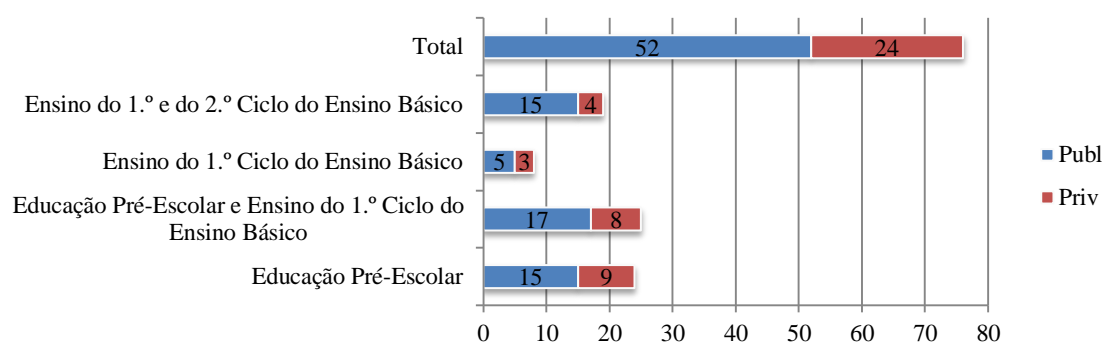


Figura 1. Relação dos cursos de mestrados profissionalizantes para a docência na educação pré-escolar e ensino do 1.º e 2.º ciclo do ensino básico.

A maioria dos 76 cursos acreditados contempla a formação em educação pré-escolar, separadamente, ou juntamente com a formação em ensino do 1.º ciclo do ensino básico. Os ciclos de estudo de mestrado em 1.º ciclo do ensino básico correspondem a

menos de metade de qualquer um dos restantes cursos, não estando a funcionar em algumas das instituições que os contemplam nas suas ofertas formativas.

Independentemente do seu funcionamento, ou não, regista-se pequenas discrepâncias no número de cursos acreditados nas instituições de ensino superior, como se procura mostrar no gráfico da Figura 2.

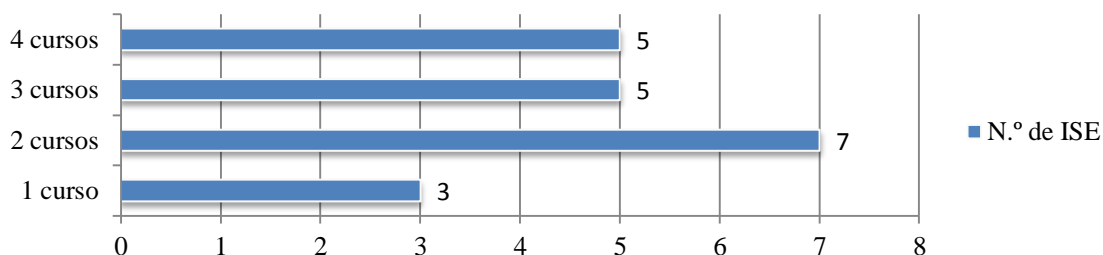


Figura 2. Número de instituições de ensino superior com cursos de mestrado profissionalizantes para os “primeiros anos

Apenas as universidades da Madeira e dos Açores e, ainda, a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco têm acreditado apenas 1 curso, precisamente, o Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

A partir da análise dos planos de estudo destes cursos (disponibilizados nas páginas web institucionais, ou consultados diretamente no diário da república eletrónico) verifica-se que a oferta formativa no domínio da AE (inferida a partir da designação das UC), está presente em 10 instituições de ensino superior (9 públicas e uma privada) e em 20 dos cursos acreditados (Tabela 1).

Tabela 1. Oferta de Formação em AE nos mestrados profissionalizantes para a docência na educação pré-escolar e no 1.º e 2.º ciclo do ensino básico.

IES	Curso	Designação da UC	Créd.	Ano
	MEP		3	1.º
ESE Coimbra	MEPE+1.ºCEB	Organização e Gestão Educacional	3	1.º
	M1.ºCEB		3	1.º
ESE Guarda	MEPE+1.ºCEB	Prática de Ensino Supervisionada — Estágio e Relatório III: Organização e Administração Educacionais	5	2.º
ESE Lisboa	M1.º/2.ºCEB	Administração e Gestão Educacional	2,5	2.º
	MEPE		2,5	1.º
ESE Portalegre	M1.º/2.ºCEB	Gestão e Administração Escolar	2	1.º

	MEPE		3	1.º
ESE Porto	MEPE+1.ºCEB	Política Educativa e Organização Escolar	3	1.º
	M1.º/2.ºCEB		4	1.º
ESE Viseu	MEPE+1.ºCEB	Organização e Administração Escolar	3	2.º
ISCE	M1.ºCEB	Administração Escolar e Gestão Educativa	3	1.º
	MEPE	(Opção no MEPE)	3	1.º
Univ. Aveiro	M1.º/2.ºCEB	Organização da Educação e da Escola	6	1.º
	MEPE+1.ºCEB		6	1.º
Univ. Madeira	MEPE+1.ºCEB	Administração e Gestão Escolar (Opção)	5	2.º
	MEPE+1.ºCEB		2,5	2.º
UTAD	M1.º/2.ºCEB	Organização e Administração Escolares	2,5	1.º
	M1.ºCEB		2,5	1.º
	MEPE		2,5	1.º

A maioria das UC é de frequência obrigatória e são apresentadas como autónomas em relação a outras UC ou domínios de formação. Apenas em dois cursos surgem como opção e num dos cursos é apresentada como uma componente integrada na “prática de ensino supervisionada”. Como aspeto relevante considera-se o facto de, em cada uma das instituições de ensino superior, a designação da UC ser comum aos diferentes cursos, bem como o n.º de créditos (à exceção da UC “Política Educativa e Organização Escolar” do mestrado em ensino do 1.º e 2.º ciclo do ensino básico da ESE do Porto).

Embora não se verifique a existência de UC com o mesmo nome, a maioria apresenta na sua designação o termo “administração” e metade apresenta os termos “gestão” e/ou “organização”, verificando-se que um ou dois destes termos se encontram presentes em todas as designações, bem como um dos adjetivos “escolar”, “educacional”, ou “educativa”. Regista-se, assim, uma certa uniformidade de conceitos presentes nas diversas designações das UC, os quais, de alguma forma, se encontram frequentemente vinculados à área da AE.

Embora não se encontre explícita, na sua designação, a referência à formação no domínio da AE, outras UC de cursos de outras instituições de ensino superior sugerem uma a relação (ainda que parcial) com aquele domínio, que só poderá ser confirmada a partir da análise dos conteúdos programáticos (intencionalidade a perseguir em fases posteriores do desenvolvimento do estudo). São exemplo as seguintes UC: “Organização Educativa e Desenvolvimento Curricular” (em todos os cursos da ESE de Castelo Branco); “Organização de Contextos de Ensino e Educação (em todos os cursos da ESE de Leiria); “Seminário de Organização de Contextos de Ensino e Educação”

(nos cursos da ESE de Santarém); “A Educação das Crianças, as Famílias e a Comunidade” (nos Mestrado em Educação Pré-Escolar da Universidade de Évora); e “Análise Sociológica da Educação” (no curso de mestrado em Educação Pré-Escolar e em Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Instituto de Educação da Universidade do Minho).

Uma das justificações que poderá concorrer para explicação da inexistência da oferta de formação no domínio da AE, está relacionada com a sua oferta na Licenciatura em Educação Básica (curso cuja obtenção é condição necessária para acesso aos mestrados profissionalizantes em análise). São disso exemplo, a ESE de Viana do Castelo e a Universidade de Évora que oferecem, no 2.º ano do curso as UC “Organização e Gestão Escolar” e “Organização e Administração Educativa”, respetivamente. O Instituto de Educação Ciências oferece, no 3.º ano do curso, como opção, a UC “Organização e Administração Educacional”.

Perceções dos estudantes sobre a formação em Administração em Educacional

Na Escola Superior de Educação de Lisboa, os planos de estudos dos cursos de mestrado em Educação Pré-Escolar e em Ensino do 1.º e 2.º Ciclo do Ensino Básico, contemplam a oferta da u.c, “Administração e Gestão Educacional”, com 2,5 créditos e 22h30 de “contacto” com o docente (*cf.* Tabela 1). Assim, de acordo com a respetiva “ficha de unidade curricular” (FUC) – procurando proporcionar aos estudantes um referencial que favoreça a análise e compreensão das políticas educativas atuais, da organização e administração da educação e das organizações educativas –, a UC contempla, globalmente, as seguintes categorias de conteúdos programáticos: o campo de estudo da AE; as problemáticas contemporâneas de educação e políticas educativas (globalização e políticas educativas no campo da infância e da educação básica; descentralização e territorialização das políticas educativas; autonomia e avaliação das escolas; privatização e livre escolha de serviços educativos); o Sistema Educativo e Administração da Educação; a escola como organização educativa (modelos e perspectivas de análise; gestão dos estabelecimentos de educação e ensino).

Importa referir que, no processo de inquirição sobre a perceção dos estudantes sobre a componente de formação em AE, é tida em consideração a possibilidade de os conteúdos e as orientações epistemológicas e metodológicas desenvolvidos no âmbito da UC por eles frequentada exercerem influências nas tendências das respostas. No entanto, entende-se que o resultado desta inquirição, tem um carácter exploratório,

podendo colocar em evidência o que efetivamente é privilegiado (ou preterido) por aqueles a quem se destina a formação, fazendo emergir indicadores que apontam para diferentes abordagens e concepções de AE, contribuindo, assim, quer para a reformulação programática da própria UC, quer, sobretudo para a captação de aspetos a ter consideração na conceção de outros instrumentos de recolha de dados e para a orientação das linhas metodológicas a seguir no âmbito do estudo.

Os estudantes inquiridos frequentam o 1.º ano do curso de mestrado em educação pré-escolar (que tem a duração de dois semestres) ou o 2.º ano do curso de mestrado em 1.º e 2.º Ciclo do Ensino Básico (que tem a duração de quatro semestres), tendo frequentado a UC no 1.º semestre do ano letivo de 2013/14. Foi disponibilizado um inquérito por questionário para preenchimento *online*, aos 101 alunos dos dois cursos, dos quais responderam 60, de acordo com a distribuição do gráfico da Figura 3.

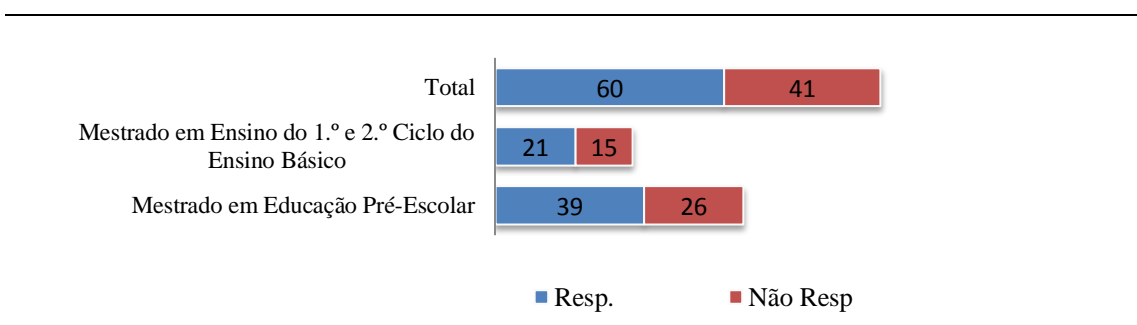


Figura 3. Distribuição dos estudantes inquiridos pelos cursos frequentados

De entre os que acederam ao questionário, 43 responderam a todas as questões colocadas. No entanto, as questões Q5 e Q6 foram respondidas por 47 estudantes e as questões Q2, Q3 e Q4 por 53. Regista-se que 4 estudantes responderam apenas à identificação do curso, não prosseguindo o preenchimento do questionário (Figura 4).

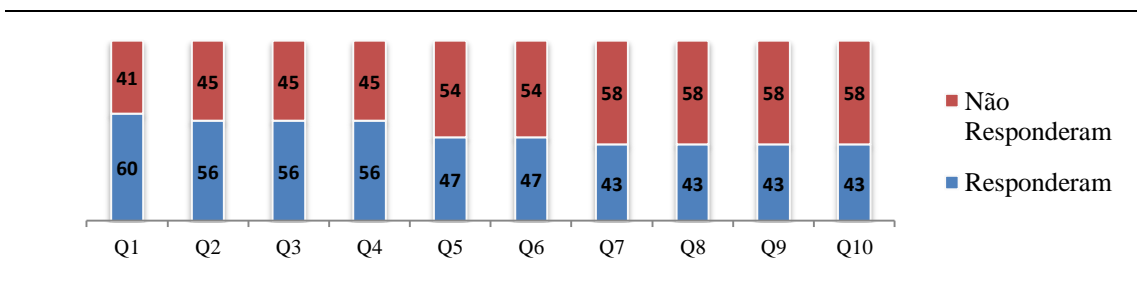


Figura 4. Distribuição das respostas dos estudantes

Dos 56 respondentes à questão Q2, apenas 4 consideram “pouco pertinente” a existência de uma componente de formação com as características da UC "Administração e Gestão Educacional" no âmbito do curso que frequentam, enquanto a maioria considera essa existência “pertinente” (24), “muito pertinente” (15) ou “muitíssimo pertinente” (10) (Figura 5).

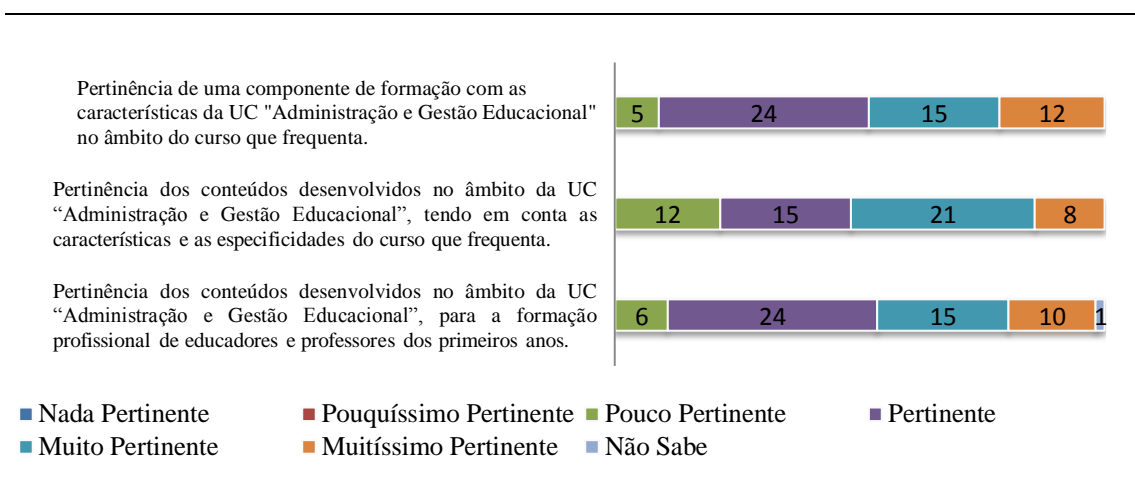


Figura 5. Grau de pertinência atribuída a uma componente de formação com as características da UC "Administração e Gestão Educacional".

Esta tendência mantém-se quanto à apreciação da pertinência dos conteúdos desenvolvidos no âmbito da UC para a formação profissional de educadores e professores dos “primeiros anos”. Por de outro lado, no que diz respeito aos conteúdos desenvolvidos no âmbito da UC, tendo em conta as características e as especificidades do curso frequentado, a maioria dos respondentes considera-os “muito” ou “muitíssimo” pertinentes. No entanto, 12 estudantes consideram-nos “pouco pertinentes”. Constatase, assim, que o n.º de inquiridos com opinião desfavorável em relação à presença da UC no plano de estudos aumenta quando é invocada a especificidade do curso frequentado. É uma tendência oposta aos que têm uma opinião muito favorável.

Para além de julgarem como pertinente a existência de uma UC no âmbito da AE, a maioria considera-a “adequada” (bem como os conteúdos nela desenvolvidos), ao curso frequentado (havendo quem a considere “muitíssimo adequada”). Porém, apesar desta expressiva maioria, aumenta o n.º de respondentes que consideram que a UC, quer os respetivos conteúdos, “pouco adequados” (havendo um respondente que os considera simplesmente “inadequados”), atendendo, sobretudo, à especificidade do curso (Figura 6).

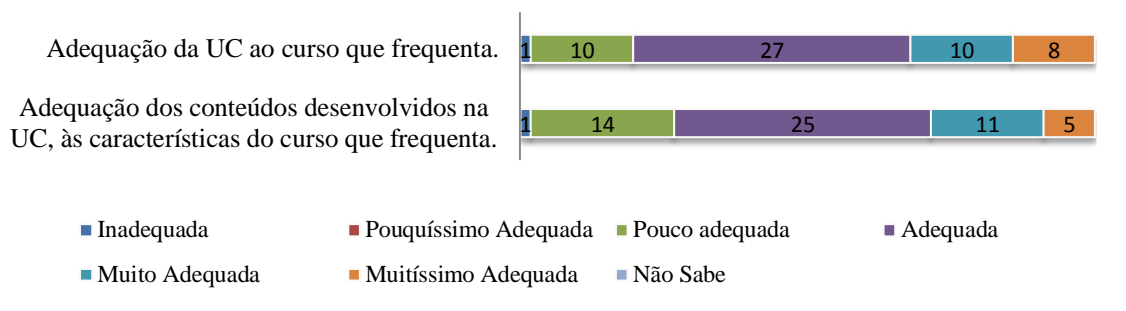


Figura 6. Grau de adequação atribuída a uma componente de formação com as características da UC "Administração e Gestão Educacional".

Com base na sua experiência, os estudantes consideram pertinentes e adequados os temas desenvolvidos no âmbito de uma UC da área da AE. Perante um conjunto de temas abordados, os respondentes atribuem à sua análise ou conhecimento, no âmbito do curso frequentado, um elevado grau de importância (Figura 7).

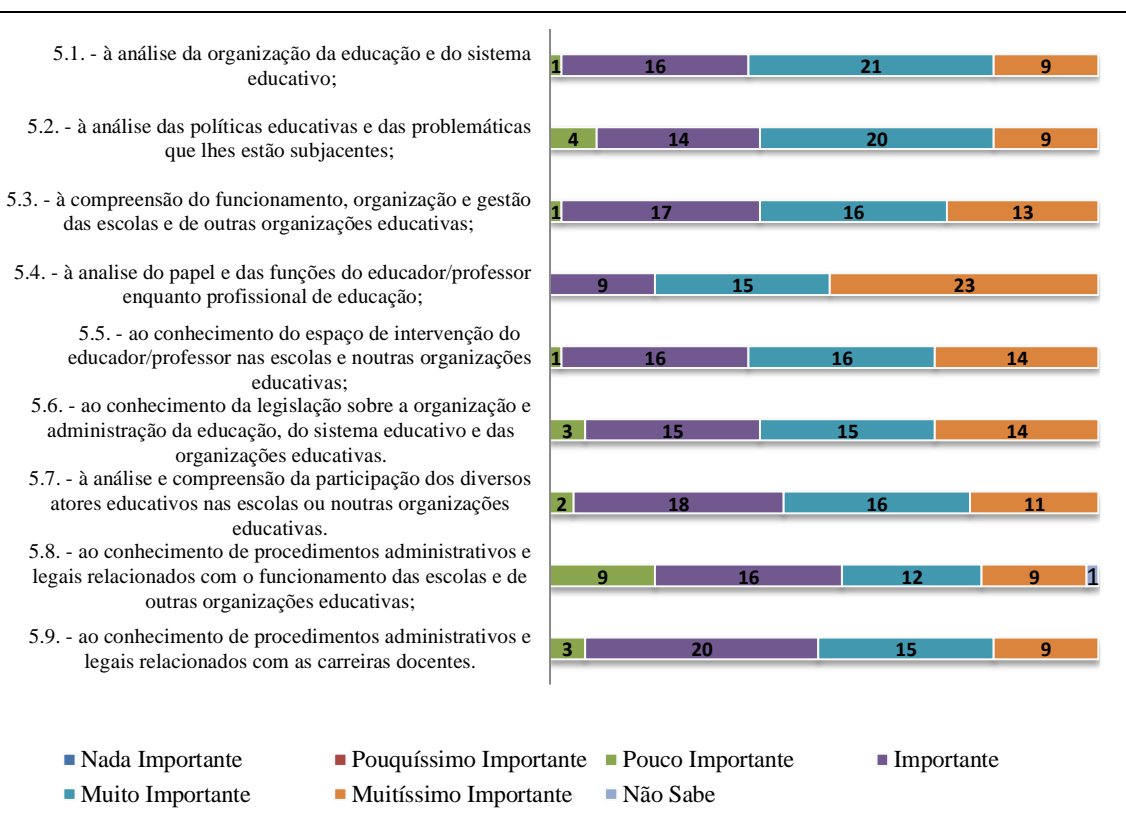


Figura 7. Grau de importância atribuída a conhecimentos e competências de análise no âmbito da Administração Educacional

Atribuída essa importância, importa perceber qual a priorização presente nas respostas dos estudantes. Assim, regista-se uma maior valorização dos assuntos que se

relacionam diretamente com o trabalho/profissão docente, surgindo claramente como mais valorizada “a análise do papel e das funções do educador/professor enquanto profissional de educação”, seguida do “conhecimento do espaço de intervenção do educador/professor nas escolas e noutras organizações educativas”. Os aspetos menos valorizados – com o maior número de estudantes que o consideram “pouco importante” – é o “conhecimento de procedimentos administrativos e legais relacionados com o funcionamento das escolas e de outras organizações educativas”, seguido do “conhecimento de procedimentos administrativos e legais relacionados com as carreiras docentes”. Pelo meio ficam a “análise da organização da educação e do sistema educativo”, a “análise e compreensão da participação dos diversos atores educativos nas escolas ou noutras organizações educativas” e a “análise das políticas educativas e das problemáticas que lhes estão subjacentes”.

Sobre o grau de pertinência atribuído aos contributos da UC "Administração e Gestão Educacional" para os mesmos domínios, as respostas apontam para uma tendência idêntica, ao valorizarem mais os que se relacionam com o trabalho e funções docentes. No entanto, é atribuída uma maior pertinência à UC no âmbito da “compreensão do funcionamento, organização e gestão das escolas e de outras organizações educativas”.

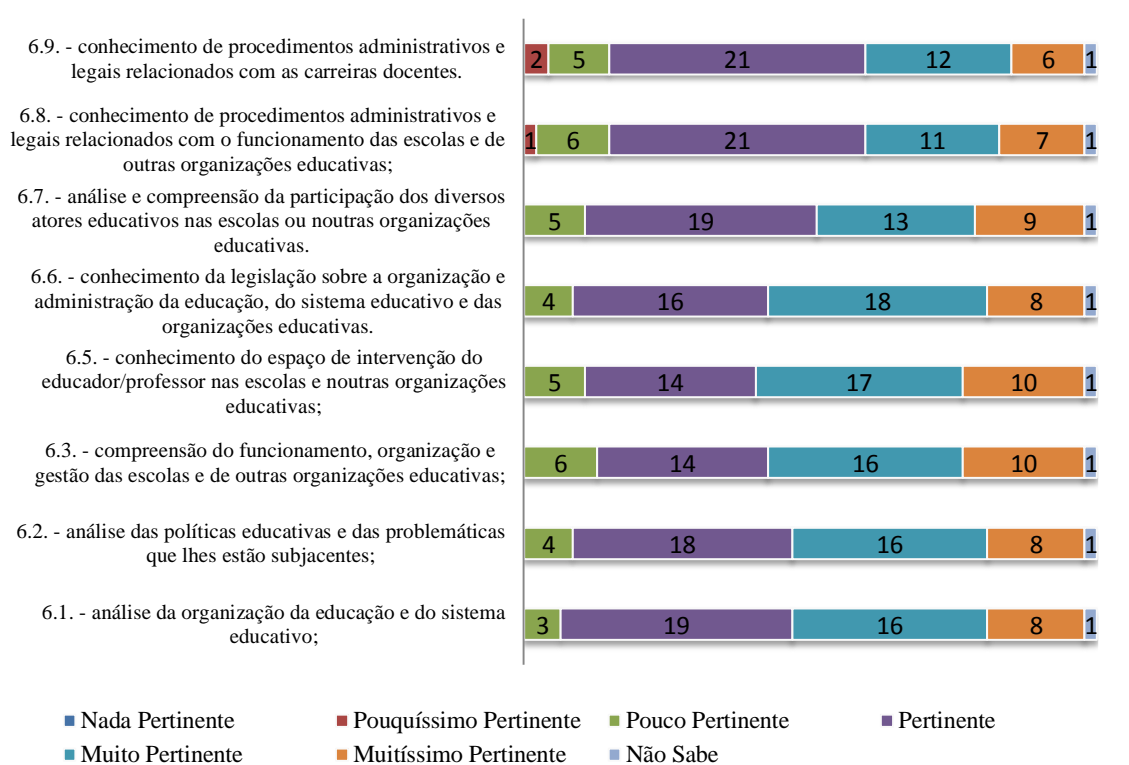


Figura 8. Grau de pertinência atribuída aos contributos da UC frequentada para a aquisição de conhecimentos e competências de análise no âmbito da AE.

Por seu lado, confirmando-se a tendência atrás relevada, é atribuída menor pertinência aos contributos da UC para os domínios relacionados com o “conhecimento de procedimentos administrativos”.

Curiosamente, embora os inquiridos atribuam menor pertinência aos contributos da UC “Administração e Gestão Educacional”, para aqueles domínios, ao serem convidados a seriar (de 1 a 6) um conjunto de competências que poderiam ser potenciadas no desenvolvimento de uma hipotética componente formativa idêntica àquela UC, os estudantes privilegiam aquele domínio ao valorizarem, maioritariamente, “o conhecimento exaustivo dos procedimentos formais-legais relacionados com a profissão docente”, tendo em conta que mais de metade lhes atribui as duas classificações mais elevadas perfazendo uma valorização de 4,05 (Figura 9).

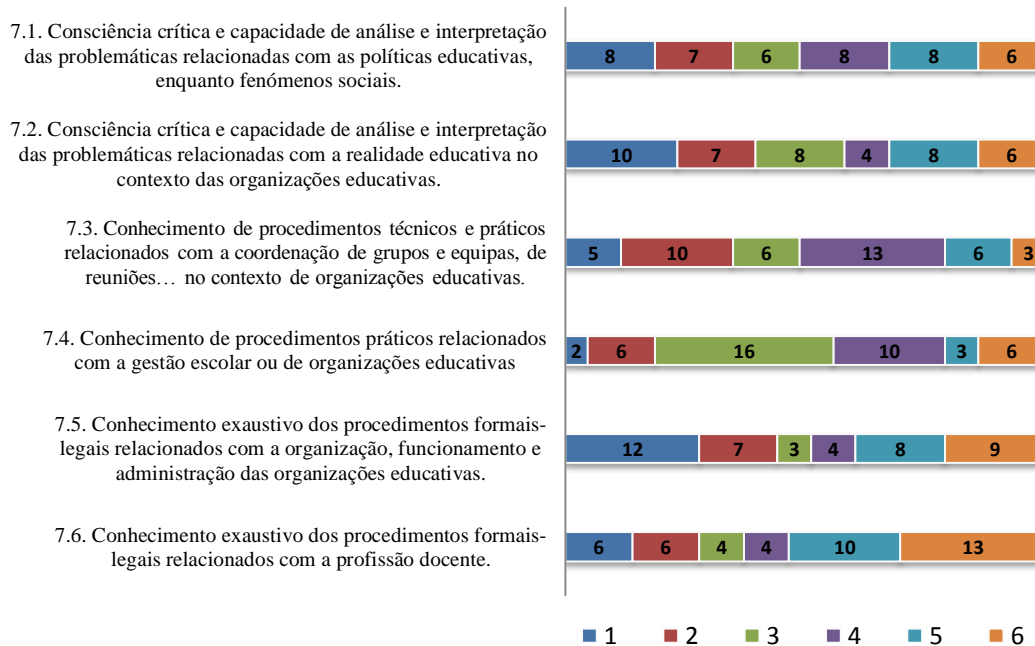


Figura 9. Seriação de competências potenciadas no desenvolvimento da UC “Administração e Gestão Educacional”,

Assim, verifica-se a existência de uma acentuada tendência para privilegiar as questões relacionadas com o trabalho docente, ainda que abordadas numa perspectiva formal-legal, que privilegie uma dimensão mais utilitarista da AE.

Questionados sobre qual a sua opinião sobre a permanência, ausência ou reconfiguração da UC “Administração e Gestão Educacional” (ou outra UC com características idênticas), tendo por base o plano estudos do curso frequentado, apenas 6 dos 43 respondentes concorda que deveria ser retirada do plano de estudos, quer para dar lugar a outra UC que consideram ser mais pertinente para a sua formação, quer para ser aumentada a carga horária de outra UC que consideram mais pertinente, no âmbito do curso. Neste segundo aspeto, aumenta para mais de 30% dos respondentes, os que “discordam completamente” com essa possibilidade. (Figura 10).

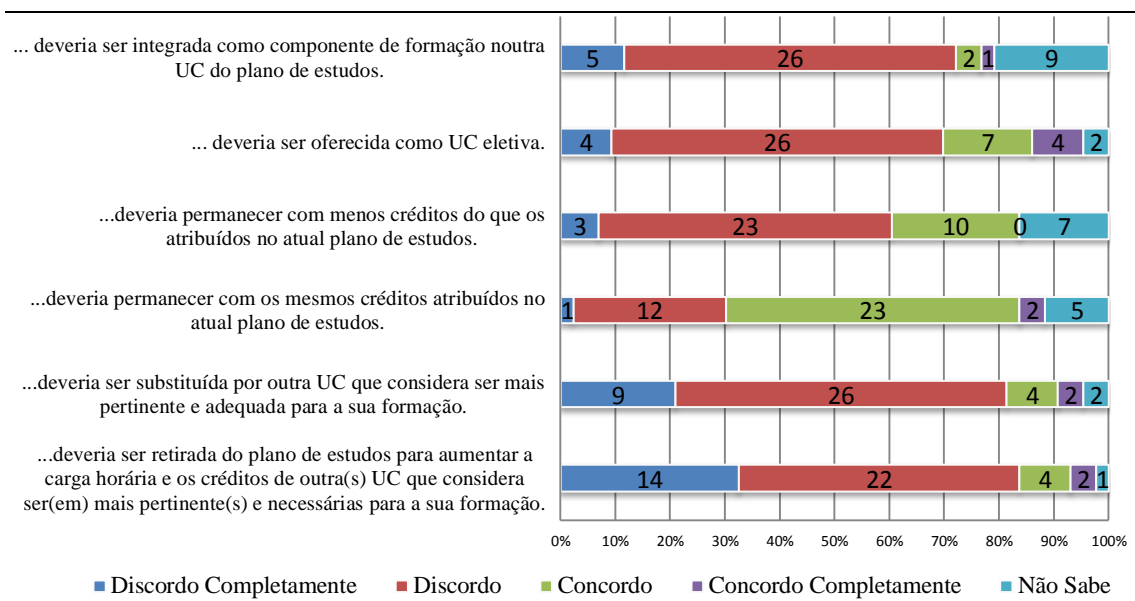


Figura 10.

A maioria (30) dos respondentes também discorda da integração da UC como componente de uma outra, ou da possibilidade de vir a ser oferecida como eletiva, ou ainda, mesmo que permaneça obrigatória, da possibilidade de que lhe sejam retirados créditos. Defendem, pelo contrário, que deve “ficar como está” no plano de estudos.

É nesta tendência de manutenção da UC que a maioria dos respondentes se posiciona quando estes são colocados perante um conjunto de possíveis designações para uma UC no âmbito da AE. (Figura 11).

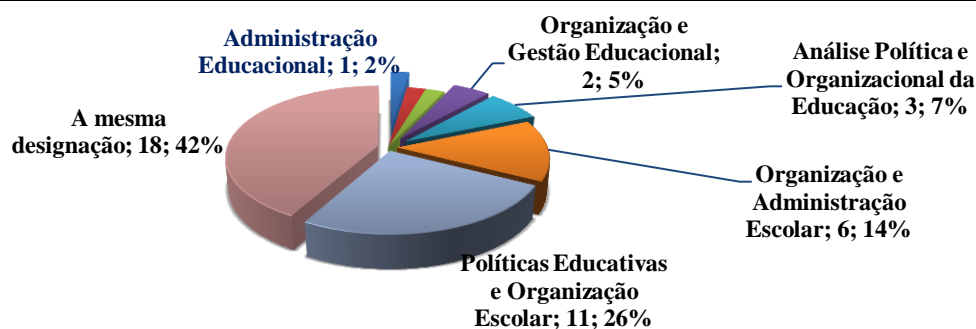


Figura 11. Escolha da designação da UC no âmbito da AE.

A maioria dos inquiridos (18) opta pela “mesma designação” da UC existente, seguida de “Políticas e Organização Escolar” (11). A escolha desta última designação pode ficar a dever-se à acentuada presença de processos de análise e debate de políticas

educativas relacionadas com as temáticas abordadas. Curiosamente, regista-se que apenas 1 respondente escolheria “Administração Educacional” para designar a UC.

Considerações finais

Apesar da evolução e consolidação do ensino da AE nos ciclos de estudos de ensino superior, em particular na formação inicial de docentes, a sua concretização nos cursos de mestrado profissionalizante para a docência nos “primeiros anos”, apesar de significativa, ocorre apenas em cerca de um terço das instituições de ensino superior que possuem aqueles ciclos de estudo autorizados. Esta evidência resulta apenas do mapeamento das UC, que integram os diversos planos de estudos, cuja designação é explícita e diretamente conotada com a AE. A análise do conteúdo de UC com outras designações e de outras instituições de ensino superior poderá revelar (ou não) a sua relação com aquele domínio.

A destacar, deste mapeamento, o facto de a UC do domínio da AE, em cada uma das instituições de ensino superior, ser comum a todos os cursos de mestrado (em análise). Esta constatação reporta para uma aparente assunção de linhas programáticas orientadoras e de abordagens comuns a todos os cursos, independentemente de eventuais contextualizações exigidas pelas especificidades de cada curso e pelos perfis profissionais subjacentes.

Esta primeira incursão no escrutínio da oferta de formação em AE permite lançar as bases para o desenvolvimento do estudo no sentido de compreender a fundamentação das discrepâncias entre as prioridades estabelecidas pelas instituições de ensino superior que oferecem os mesmos cursos, identificar essas instituições e os atores envolvidos e, ainda, obter informações sobre o conteúdo das UC. Daqui poderão resultar as bases para a compreensão: dos processos de integração de UC do domínio científico da AE como oferta formativa no âmbito dos mestrados profissionalizantes; das orientações epistemológicas e metodológicas subjacentes a essas UC; e das perceções dos principais atores educativos envolvidos. Todas estas dimensões permitirão definir e categorizar as tendências das abordagens e as conceções de administração educacional presentes nos vários modelos formativos.

Nesta perspetiva, as perceções dos estudantes dos cursos de mestrado em educação pré-escolar e em ensino do 1.º e 2.º ciclo do ensino básico, projetadas nas respostas a um inquérito por questionário, permitem recolher informações sobre abordagens e conceções de AE e, assim, contribuir para a construção de outros

instrumentos de recolha de dados e para a (re)orientação das linhas metodológicas do estudo, em particular as que implicam a participação de outros atores.

Os resultados do questionário apontam para a existência de uma noção clara das finalidades de uma UC no âmbito da AE e da sua importância no processo formativo dos docentes. Globalmente, os estudantes, consideram pertinente a sua existência, como consideram pertinente e adequada a proposta formativa que experimentaram (incluindo os conteúdos desenvolvidos), no âmbito dos cursos que frequentam e para a sua formação profissional. Tendo em conta essa experiência, os inquiridos parece assumirem que a UC frequentada situa-se fundamentalmente numa perspetiva “crítica e interpretativa”, facto que valorizam, no âmbito do curso e na formação docente. Todavia, nessa dimensão, a prioridade é dirigida sobretudo para as problemáticas relacionadas diretamente com o trabalho e a profissão docente (o seu papel e as suas funções nas organizações educativas), mas também para a apreensão e domínio de conhecimentos e procedimentos formais-legais e administrativos relacionados com o trabalho dos docentes. Estas tendências aparentemente apontam para uma perceção que privilegia a existência de abordagens híbridas que articulem lógicas formativas de carácter crítico e interpretativo com outras de carácter instrumental e utilitarista.

Referências Bibliográficas

- Barroso, J. (2002). A Investigação sobre a Escola: contributos da Administração Educativa. *Investigar em Educação. Revista da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*, 1(1), 277-325.
- Barroso, J. (2005). *Políticas Educativas e Organização Escolar*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Costa, J. A. (2002). A Administração Educativa na Formação de Professores na Universidade de Aveiro: retrospectiva de duas décadas. *Administração Educativa*, 2, 134-145.
- Costa, J. A. (2004). *Formação em Administração Educativa: décadas de oitenta e noventa*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Silva, G. (2006). *Modelos de Formação em Administração Educativa*. Braga: Universidade do Minho.